

O sujeito na psicanálise de Freud a Lacan

Antonio Godino Cabas

O sujeito na psicanálise de Freud a Lacan

Da questão do sujeito ao sujeito em questão



ZAHAR
Rio de Janeiro

Copyright © 2009, Antonio Godino Cabas

Copyright desta edição © 2009:
Jorge Zahar Editor Ltda.
rua México 31 sobreloja
20031-144 Rio de Janeiro, RJ
tel.: (21) 2108-0808 / fax: (21) 2108-0800
e-mail: jze@zahar.com.br
site: www.zahar.com.br

Todos os direitos reservados.
A reprodução não-autorizada desta publicação, no todo
ou em parte, constitui violação de direitos autorais. (Lei 9.610/98)

Projeto gráfico: Carolina Falcão

Capa: Bruna Benvegnu

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

C111S Godino Cabas, Antonio
O sujeito na psicanálise de Freud a Lacan: da questão do sujeito ao sujeito em
questão / Antonio Godino Cabas. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-378-0120-8

1. Freud, Sigmund, 1856-1939. 2. Lacan, Jacques, 1901-1981. 3. Sujeito (Filosofia).
I. Título.

Sumário

Prólogo	9
Introdução: A questão	13
PARTE I Freud e a questão do sujeito	19
1. Em Freud	21
A nota de Strachey, 21 • O texto freudiano, 22 • O comentário de Lacan, 23	
2. Sobre Freud	26
Sua obra e o século, 26 • A obra e seu legado, 28	
3. Freud e a antecipação do sujeito	30
Tornar consciente o inconsciente, 30 • O desejo inconsciente..., 32 • ...e o insuportável, 35 • A questão subjetiva, 39	
4. Freud, a pulsão e o sintoma	42
Tornar consciente... o inconsciente, 43 • O sintoma e a pulsão, 46 • Para uma analítica do sintoma, 49 • O sujeito em questão, 51 • Do sintoma à pulsão: uma nota sobre o sujeito, 52	
5. O conceito de pulsão e os avatares da vida pulsional	55
A pulsão e sua função de causa, 56 • A estrutura pulsional, 58 • Uma nota epistêmica, 61 • Algumas notas freudianas sobre o tema, 64 • A forma da pulsão, 67 • A propósito da gramática e acerca da torção, 70	

6. O Isso e o Eu	74
Os antecedentes clínicos, 75 • Acerca da repetição, 77 • O imperativo da repetição e o Isso, 80 • O Isso e a divisão da personalidade psíquica, 83	
7. Para concluir: uma pontuação	87
Um esboço, 87 • Uma nota, 90 • Uma pontuação, 91	
PARTE II Lacan e o sujeito em questão	95
8. Situação da psicanálise em 1950	97
Medicalização e análise leiga, 98 • Uma advertência crítica, 102 • Metafísica e filosofia política, 104 • Os dois campos, 112	
9. Dos antecedentes	115
A função do Eu, 118 • Da psicanálise e da criminologia, 122	
10. A retificação subjetiva	128
A intervenção, 129 • Sobre a transferência, 132 • Do que ressoa na transferência, 135 • Do sujeito em questão, 137	
11. A assunção subjetiva	140
A cisão de 1953, 140 • A primazia do simbólico, 142 • Dora, o algoritmo e a questão, 145 • A assunção subjetiva e a subjetivação, 147 • O sujeito do desejo, 152	
12. A realização do sujeito e a razão socrática	155
Sócrates com Freud, 155 • Sócrates com Lacan, 158 • A circunstância, 163	
13. De Sócrates a Lacan: um passo	165
Da transmissão socrática, 165 • Uma nota sobre o des-ser, 167 • Do semblante, 169	
14. O impasse na formalização	172
A psicose: uma exceção, 173 • A relação de objeto: uma objeção, 181 • O impasse em questão, 189	

15. Do real em causa	197
O real na ciência, 199 • Do real na psicanálise..., 202 •	
...e a função da causa, 208	
16. Do sujeito, enfim, em questão	216
Da subversão, 218 • Da materialidade significativa, 220 •	
Da causa real, 223 • A modo de conclusão, 227	
17. Para concluir: uma nota de atualidade	230
Os novos sintomas, 230 • Os novos sintomas e a	
contemporaneidade, 233 • Do novo sujeito, 235	
Notas	238
Bibliografia	249
Agradecimentos	255

Prólogo

Sei que, em um certo sentido, a escolha do tema deste livro pode causar surpresa. A pergunta sobre a noção de *sujeito* e – de modo mais radical – a pergunta sobre os seus *fundamentos* são, à primeira vista, questões há muito tempo resolvidas. Ao menos é o que se crê e diz no âmbito psicanalítico.

Mesmo assim, o propósito deste trabalho é o de renovar a pergunta sobre a *questão subjetiva*. Propósito que lhe confere, não por acaso, esse caráter surpreendente. Sobretudo porque incorremos no risco de reprisar coisas já ditas e repetidas, mas que assumimos, na esperança de revigorar um debate que a tradição julga encerrado. Um debate inspirado na proposição – amplamente conhecida e largamente divulgada – que, sob o título de *retorno a Freud*, serviu de ponto de partida ao ensino de Lacan. Em outras palavras, trata-se de um debate cuja retomada se apóia na confiança de reencontrarmos algumas das perguntas que são o fundamento da elaboração de Freud.

Por quê? E para quê?

Simplemente para tentar responder a uma série de urgências e problemas que, *hoje*, pairam sobre a matéria. Isso nos obriga a falar do *hoje* e a dizer algumas palavras sobre a atualidade. Principalmente se levamos em conta o fato de que fala-se muito nos problemas que marcam e definem a contemporaneidade. E o fato novo que agita a contemporaneidade é nada menos que a descoberta da existência de “novas formas” do sintoma. Um argumento irrefutável. Porque se há algo que caracteriza o sintoma é ter um esqueleto e também uma aparência. Afinal, sejam quais forem suas raízes de gozo, o sintoma é feito para aparecer a céu aberto. E tanto é assim, e tanto ele aparece, que foi como resposta ao sintoma histérico, ao seu surgimento no contexto diagnóstico da neurologia vienense, que o inconsciente ingressou no campo do saber, dando origem à psicanálise. Era o sintoma histérico vindo a público e pedindo passagem no findar do século XIX. Era o sintoma histérico ingressando no domínio público bem na época em que a era mo-

derna definhava. Quer dizer, na época em que a modernidade cedia a vez à contemporaneidade.

Freud, que desde o início soube se haver com o sintoma, optou por dar-lhe um estatuto de embaixador. O embaixador do Isso junto ao governo da consciência. Um estranho interior. Mas Freud, que também se importava – e muito – com os detalhes formais das suas manifestações, soube reconhecer e sistematizar as variações dos fenômenos clínicos. Uma dimensão que Lacan identificaria – seguindo as indicações de Clérambault – por meio da expressão *o invólucro formal* do sintoma. Pois bem, o novo, hoje, é a constatação de que existem “novos invólucros”, e de um modo tal que as novas apresentações formais do sintoma prefiguram uma fenomenologia em que as novas roupagens dominam a paisagem. No fim, resta a evidência de que essa fenomenologia feita de novos invólucros definiria a contemporaneidade.

Irrefutável.

O inquietante, nesse contexto, é notarmos uma crescente tendência a resumir essa expressão por meio de uma fórmula abreviada: “os novos sintomas”. Fórmula que induz a equívoco, pois sugere que não é apenas o invólucro formal, ou seja, que não é apenas a “apresentação” clínica do sintoma que teria sofrido mutações, mas também, e sobretudo, a própria estrutura sintomática. E isso acarreta conseqüências.

Por sinal, refutáveis.

O refutável é constatarmos, ao mesmo tempo, a existência de uma tendência crescente de se falar em “novas formas da subjetividade”. Ora, se a expressão *novas formas da subjetividade* fosse um modo de aludir às novas formas e às novas tendências psicológicas que as massas tomaram a partir do século XX (já no desenrolar da contemporaneidade), a questão se inscreveria no terreno de um importantíssimo debate: o debate sobre as novas formas que tem a psicologia das Massas de se opor à análise do Eu. Se assim fosse, isso envolveria um conjunto de questões de vital importância e, entre outras, a pergunta sobre o lugar da psicanálise na atualidade. Mas o problema muda de figura quando ouvimos dizer que as “novas formas da subjetividade” estão na base das “novas formas do sintoma”. Em suma, quando se diz que há um “novo sujeito” e que essa nova forma da subjetividade é a causa efetiva da existência dos “novos sintomas”. E esta é uma afirmação que nos provoca perplexidade.

Primeiro, porque um sujeito não é causa. Quando muito, ele é causado. Segundo, porque um sujeito é uma função e não uma instância (ou seja: uma instância psíquica). E, terceiro, porque essa função carece de conteúdo próprio. Ora, por definição, as assim chamadas “novas formas da subjetividade”

têm um conteúdo tão próprio que é possível situá-las numa época bem delimitada e, por esse viés, evocar as mil e uma formas que o ideal adota conforme sopram os ventos dos novos tempos.

Daí a necessidade de advogarmos em favor de um *retorno ao texto de Lacan e, sobretudo, às suas questões*. Daí, portanto, a necessidade de propor um *retorno aos fundamentos*. No caso, aos fundamentos da noção de sujeito.

No mais, é bom que se diga que não estamos discutindo a pertinência conceitual da expressão *novas formas da subjetividade*. Até por considerarmos que se trata de uma fórmula congruente com os pressupostos da filosofia política, da qual parece oriunda. E tampouco estamos objetando o gosto pela ortopedia – tão caro aos ideais – que parece caracterizar a “nova forma da subjetividade”, muito embora este seja um traço que não contém a menor novidade. Afinal, desde sempre, o ideal tem sido ávido por próteses.

É verdade que nas *novas formas da ortopedia do Ideal* constatamos a presença de artifícios que só podem surgir na esfera da exploração da ciência, do capitalismo de mercado aberto e da mais-valia, fazendo girar em um rodopio cada vez mais acelerado uma economia moldada sobre os fenômenos de massa. É verdade, pois, que as novas formas do ideal consomem apêndices que acenam das prateleiras no varejo das trocas. Isso é novo. É o novo Mestre.

Mas, que dizer dessa nova forma do ideal, agora reconhecida como um tipo de subjetividade, quando constatamos que ela está sendo elevada à dignidade de uma *função subjetiva* a título pleno? Que dizer dessa reificação que tem toda a aparência de uma imissão do ideal – dos ideais do eu – no sujeito do inconsciente? Como tomar – clínica e epistemicamente falando – como se fossem uma coisa nova as novas formas do ideal que caracterizam a contemporaneidade quando sabemos que, desde Freud, o ideal é o avesso da assunção subjetiva? E, por fim, como não perceber que as novas formas do ideal nada mais são que a velha história de sempre – de nada querer saber disso? Disso que retorna como um efeito vindo do real? E não é que o sujeito descrito “como causa do sintoma” é algo que parece provir de uma outra clínica que não a psicanalítica?

Seja como for, é um conceito ao qual cabe endereçar a mesma pergunta que aplicaremos ao longo destas páginas: *qual o sujeito enfim em questão?* Até porque no que concerne à posição do sujeito – do sujeito no sentido freudiano – só cabe dizer, com Lacan, que... “Sobre o sujeito posto em questão, a psicanálise didática será nosso ponto de partida”.¹

Introdução: A questão

O sujeito...

Essa noção atravessa, em toda a sua extensão, a doutrina analítica. Por momentos, aparece como uma referência implícita. Em outros, como um núcleo central da teoria. Mas em todos os casos representa um fundamento clínico. Isto é, representa a base material das operações que integram o trabalho da cura.* A saber: a interpretação, a transferência, a resolução e, por fim, o desfecho do tratamento analítico.

Contudo, Freud nunca construiu uma teoria – menos ainda uma filosofia – sobre o tema. Ao elaborar sua experiência, ele parece nunca ter sentido necessidade de produzir uma definição explícita. Limitou-se a acolher as noções presentes na filosofia de seu tempo – de um *eu*, de um *si-mesmo*, de um *selbst* – elaboradas pela dialética de Herbart, Wundt e, sobretudo, Brentano. Em contrapartida, e de um modo que lhe era característico, submeteu essas referências a um debate crítico e ao crivo da verificação clínica. O resultado representou uma subversão. Significou uma redefinição do que é a experiência humana. Isso, por sua vez, deu origem a um novo saber. Um saber sobre o sentido, o alcance, a meta e a razão do ato. Do ato enquanto humano. É o que conhecemos como elaboração freudiana.

Por tudo isso, na obra de Freud a noção de *sujeito* é uma referência permanente e sempre presente. Uma referência constante. Porém, implícita.

Foi Lacan quem, no contexto de seu primeiro projeto – de um retorno a Freud –, assumiu a tarefa de extrair essa referência e expô-la à luz do dia. Com

* Algumas expressões utilizadas por Lacan são empregadas neste livro com traduções diferentes das convencionalmente adotadas para a língua portuguesa. Em contrapartida, elas aparecem em sua versão literal. O motivo é a necessidade do autor de recorrer a esse procedimento – a literalidade – para fazer aparecer uma série de nuances que fazem parte do conceito. Assim, neste livro, usa-se “cura” em vez de “tratamento”; “fantasma” em vez de “fantasia”; “analísante” em vez de “analisando”.

isso, projetou-a para um primeiro plano como uma das noções centrais da teoria e da doutrina. E, aí, o que até esse momento era o ponto de Arquimedes da cura e o pano de fundo da doutrina analítica se viu guindado para o centro do debate e elevado à dignidade de uma questão.

O sujeito tornou-se o referente lógico da questão freudiana.

Nesse sentido, pode-se dizer que toda a obra de Lacan é um debate em torno da noção de sujeito. Um debate que envolve um trabalho de crítica permanente e, ao mesmo tempo, um esforço de formalização. Em suma, um empenho guiado pelo propósito de determinar o alcance dessa função. Não apenas no plano do conceito como, acima de tudo, na dimensão propriamente clínica do discurso analítico. Mesmo porque esse esforço, esse constante deciframento crítico, não cessa de tomá-la como ponto de referência. E sempre com a finalidade de interrogar seu papel no início do tratamento, sua participação nos desdobramentos da cura, seu estatuto final no desfecho do trabalho analítico e, por fim, as conseqüências dessa resolução para a questão da *formação do analista*.

Desde os primeiros escritos, relativos ao manejo da transferência, a partir de 1951,¹ quando introduz a expressão *retificação subjetiva* para sublinhar uma modificação necessária à entrada no trabalho de análise, até os últimos seminários, desenvolvidos por volta de 1979² e nos quais inquire sobre as posições do ser na assunção do seu sintoma, o sujeito é um dos pontos centrais do debate de Lacan. E tanto é assim que, no fim, podemos dizer que, para ele, o *sujeito* compõe, juntamente com o *sintoma*, o *saber* e o *objeto*,* os quatro pontos de apoio, os quatro términos que sustentam a noção de estrutura. Os quatro suportes materiais que permitem defini-la.

Frente a esses argumentos há que dizer que o objetivo do presente livro é a reconstrução de um percurso que, tendo seu ponto de partida em Freud, leva a uma definição do *sujeito* na doutrina analítica. Visto desse ponto de vista, o sentido desta pesquisa é histórico. Isso se pudermos incluir a *história do conceito* no conjunto dos estudos ditos históricos. Mas não só. Porque, se por um lado o tema é histórico, a meta é objetivar as sucessivas transformações do conceito em razão do seu paulatino deciframento. Tudo isso com o propósito de isolarmos sua razão de ser, sua necessidade e seu alcance.

No fim, o objetivo é epistêmico. E essa é uma expressão que requer comentário. Sobre tudo quando constatamos que Freud nunca se preocupou em

* Lembremos: ele produz uma escrita composta na qual postula grafar o sujeito por meio do símbolo \$ (S barrado: \$), enquanto denota o sintoma com a grafia *S1*, grafia o saber como *S2* e o objeto, por meio da letra *a*.

elaborar uma epistemologia própria – *ad usum* – nem em apresentar uma formalização *ad hoc*. Ao contrário, contentou-se com tomar a epistemologia de sua época, imersa na tradição científica e, no fundo, plenamente aparentada com a metodologia das ciências tal como se depreende da experiência de um Fechner ou de um Von Helmholtz. E sobre essas bases se pôs a elaborar isso que, no ensino de Charcot, ele, Freud, soube reconhecer como o signo de um profundo respeito para com o real: “*La théorie c’est très bien, mais ça n’empêche pas d’exister.*”*

Por certo, esse esforço de elaboração o levou a formular um objeto novo. Quer dizer, não preexistente no campo do saber. Tanto e a tal ponto que só depois de formalizado passou a ter existência conceitual e vigência clínica. Portanto, trata-se de um objeto construído. Um objeto que Freud identificou com o nome de “Inconsciente” (*Unbewusste*). E, aqui, cabe o adendo que, tal e como ocorre com todo objeto formal – e, portanto, construído –, sua definição determina as coordenadas a partir das quais é possível cerni-lo. A título de exemplo citemos a física newtoniana lembrando que, nessa formulação, a lei da gravidade é um princípio que só pôde ser identificado a partir das coordenadas traçadas por Newton. Fora delas, fora desse ponto de perspectiva que representam as coordenadas newtonianas, o que se mostra a olho nu é o fenômeno da queda dos corpos.³

Isso posto, cabe dizer que a expressão “epistêmico” alude à história dos conceitos analíticos, nela incluindo-se a história da noção de *sujeito*. Um percurso que demonstra ser coextensivo à série de obstáculos que foi necessário remover até a definitiva extração do conceito.⁴

Retomando, pois: o objetivo é epistêmico, propósito que nos leva a uma importante consideração. A saber, que para o discurso analítico o sujeito é uma função. Não uma substância. Em conseqüência, a pergunta que lhe convém não é “quem ele é”, e sim “no que ele” se encarna, ou também “onde e como” ele se materializa. Acontece que esse modo de argumentar equivale a uma abolição radical de toda e qualquer referência personalista.

Sendo assim, impõe-se a evidência de que, para a psicanálise, a *noção do sujeito* denota duas coisas: uma função e um referente clínico. A função concerne ao campo epistêmico. O referente clínico, à prática da cura. Essa dupla inscrição representa uma anfibologia. Uma dualidade que deve ser lembrada a todo momento, pois o risco de deslizarmos de um plano a outro – do clínico

* Frase que traduziremos de forma um pouco elíptica: “A teoria é algo muito bom, mas isso não impede as coisas de existirem.”

para o epistêmico – é grande. Com as conhecidas conseqüências. Uma metonímia sem pontuação. Um deslize em moto-contínuo. E, no fim, uma certa babelização dos conceitos.

A conseqüência lógica dessa dupla adscrição é a introdução de uma diferença. O estatuto do *sujeito* na teoria e na doutrina analítica é tão singular, tão particular e tão preciso que sua simples formulação acarreta uma série de perguntas:

- Em que medida a subversão do sujeito é congruente e em que medida é compatível com as elaborações da filosofia contemporânea, a saber: filosofia política, historiografia e filosofia do direito?
- Ou ainda: em que medida a noção freudiana se distingue de tudo quanto se apresenta sob o mote da *subjetividade* nas considerações atuais sobre o tema?
- E mais: em que medida o sujeito freudiano é homólogo e em que medida difere do sujeito cartesiano do qual extrai – sempre segundo Lacan – seu ponto de partida?
- Por extensão, em que medida é solidário e em que medida se distancia da noção de “sujeito” que surge nas concepções contemporâneas da filosofia política, conforme as construções de Foucault ou as desconstruções de Derrida, para citarmos apenas dois exemplos?

São observações que nos levam até uma encruzilhada e nos obrigam a formular mais uma série de perguntas.

- Tendo em vista que o estatuto do sujeito, na teoria analítica, é tão particular e preciso, como entender a ampla difusão que obteve no contexto do saber, no plano da cultura, na esfera da filosofia e até mesmo no campo da política (como revela a correspondência entre Einstein e Freud sobre o tema Sociedade das Nações e a iminência da guerra)?
- Como entender que um saber tão singular – e, no fundo, tão regional como a cura das neuroses – tenha tido tamanha repercussão, chegando a ser recebido por um grande número de pensadores como um sopro inovador, uma tese original e até mesmo uma descoberta revolucionária?
- E, aí, como entender o tipo de subversão que a prática freudiana promove – a saber, a subversão do sujeito e o seu correlato, a destituição subjetiva – e por quais vias essa proposta chegou a ter a importância que teve em campos tão distantes da clínica como o terreno da civilização e o horizonte das artes?
- No fim, qual seu alcance real e quais suas conseqüências efetivas, além do impacto que provocou na cultura e aquém da ressonância que teve?

Dessa lista mínima de perguntas surge uma dupla evidência:

- Para a psicanálise o sujeito é uma coisa. A coisa em questão. E ao pé da letra. Simplesmente porque o sujeito é uma questão.
- Seu estatuto varia conforme se adote a perspectiva da filosofia ou se tome como referência a psicanálise.

Tanto em um quanto em outro caso o sentido não pode ser o mesmo. Em hipótese alguma. Isso nos obriga a realizar uma distinção no próprio conceito. Por conseqüência, no seu manejo. Uma distinção impossível de desconhecer. Sobretudo numa época – a nossa – em que, sob a pressão dos problemas da contemporaneidade, após o declínio da modernidade e da era que ficou caracterizada pela primazia do discurso da ciência, impõe-se a discussão das alternativas reais, assim como a pergunta pelos horizontes éticos da experiência humana.

Trata-se de uma distinção necessária – mais do que isso: fundamental –, se quisermos integrar o debate sem perder de vista a referência que representa o discurso do analista.